

UNDIME-SP NA BETT BRASIL EDUCAR 2015



Imagem: Jonathan Melo

REUNIÃO ORDINÁRIA – 22 DE MAIO

A temática da mesa de abertura da reunião foi “PNE: desafios para cumprir a meta 1”.

Participaram da mesa: Priscilla Bonini Ribeiro – Presidente da Undime-SP e Undime Sudeste, Conselheira Estadual de Educação de São Paulo e DME de Guarujá; Maria Antonieta de Brito – Representante da Frente Nacional dos Prefeitos e Prefeita do Município de Guarujá; Antonio Idilvan de Lima Alencar – Presidente do FNDE; Geraldo Grossi Júnior – Diretor da SASE/MEC; Marialba da Glória Garcia Carneiro – Vice-presidente da Undime-SP, Vice-prefeita e DME de Pereira Barreto; Sérgio Ciquera Rossi – Secretário-Diretor Geral do TCE/SP.

Em sua apresentação, a Presidente Priscilla Bonini Ribeiro, falou das preocupações da Undime-SP acerca do cumprimento da meta 1 do Plano Nacional de Educação (PNE), que trata da universalização da faixa etária de 4 a 5 anos e da ampliação das vagas em creches.

Universalização de 4 a 5 Anos

Priscilla teceu observações acerca da demanda atual de atendimento e da demanda que será criada em virtude da obrigatoriedade da lei do PNE, denominada como demanda potencial. Explicou que a demanda atual é calculada a partir da diferença entre a matrícula atual e a faixa etária, sendo que a matrícula atual se refere a rede pública e privada.

Com a obrigatoriedade de universalizar a faixa etária de 4 a 5 anos no ensino público, se criará uma demanda potencial dentro do próprio número de matrículas já existentes. As crianças que estão em instituições filantrópicas ou particulares, tende a migrarem para as instituições públicas, como ocorreu com a universalização do Ensino Fundamental.

A Presidente da Undime-SP observou que se com a situação atual os municípios não conseguem atender a demanda existente de forma positiva, as dificuldades para atender a nova demanda serão ainda maiores, pois das 15 regiões administrativas existentes no Estado de São Paulo, em 10 regiões a demanda potencial é maior que a demanda atual.

Salientou ainda, que essa demanda potencial não está sendo estudada por nenhum órgão público e no momento em que ocorrer a migração haverá um gargalo na rede pública.

Ressaltou que a questão da demanda não pode ser tratada apenas com os percentuais levantados, e sim, com as condições que cada município terá para

atender a demanda, seja ela grande ou pequena.

É preciso considerar as peculiaridades de cada região e de cada município, para que possamos dividir entre as dificuldades existentes com os atendimentos e demandas.

Ampliação do Atendimento em Creches

No caso das creches, Priscilla apresentou os dados comparativos entre o Brasil, as regiões e o Estado de São Paulo, que apesar de estar acima da média em relação as demais regiões do país, o Estado enfrentará dificuldades, pois a complexidade do atendimento é uma realidade que não é considerada nos percentuais, levando a conclusões equivocadas, já que não se tem um crescimento linear no atendimento à demanda no Estado de São Paulo. A Presidente da Undime-SP ressaltou que as secretarias de educação precisam mensurar o crescimento do ensino no município a partir do momento em que se assumiu a gestão, ou seja, saber qual a real situação em que o município se encontrava e verificar a atual situação educacional na gestão, para poder mensurar o crescimento educacional real da rede pública para atender a demanda das creches.

Dificuldades para Cumprir a Meta 1

A Presidente Priscilla Bonini pontuou as principais dificuldades:

- A falta de política de colaboração clara e definida, para que se possa priorizar o atendimento aos municípios que tenham maiores desafios.

- Implicações com a construção de novas unidades: quadro de recursos humanos qualificado, recursos pedagógicos, estrutura física, orçamento para manutenção das novas unidades e das unidades já existentes nas redes municipais.

- Judicialização de vagas em creches, não respeitando a lista de espera para a conquista de vagas.

- Ampliação dos recursos aos municípios, pois ao se ampliar o atendimento da Educação Infantil, amplia-se todo o custeio de uma modalidade educacional que é a que mais onera financeiramente os municípios.

- Quantidade de instituições conveniadas para o atendimento em creche, pois já se realizou convênio com todas as instituições que legalmente podiam ser conveniadas.

- Lei de responsabilidade fiscal x folha de pagamento, que limita a contratação de novos profissionais da educação.

- Falta de terreno para a construção de novas unidades.

- Achatamento do orçamento municipal e pacto federativo.

Priscilla ressaltou: “Portanto, os desafios na ampliação dos recursos municipais dependem dessas implicações para que, a partir de agora, em conjunto com os entes federados, se encontre soluções para garantir o atendimento com a qualidade que nossas crianças merecem”.

EDUCADORES DO BRASIL

“É preciso não esquecer nunca o preceito básico que somente numa sociedade verdadeiramente democrática será possível o florescimento de uma escola democrática e popular, um escola que satisfaça todas as legítimas aspirações do povo e de seus professores e educadores”.

Paschoal Lemme (1904-1997)



UNDIME-SP NA BETT BRASIL EDUCAR 2015

O Papel do Tribunal de Contas Frente aos Desafios do PNE



Imagem: Jonathan Melo

O Secretário-Diretor Geral do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE/SP), Sérgio Ciquera Rossi, abordou as contribuições que o TCE pretende dar para auxiliar os municípios a cumprirmos as metas do PNE.

Acreditando que será muito difícil cumprir as metas do PNE, Sérgio Rossi, salientou que o Plano anterior não foi cumprido e quando a sua vigência chegou ao fim demorou-se quatro anos para se aprovar o novo Plano que está em vigor. O não cumprimento do plano anterior foi motivado pela mesma questão que o atual Plano tende a esbarrar: financiamento do ensino público brasileiro.

Rossi destaca que a Lei dos Royalties do Petróleo ainda está presa no Supremo Tribunal Federal e os recursos não estão sendo direcionados para a educação como determina a lei. Com isso, algumas prefeituras lançam mão dos recursos do Fundeb para atender às necessidades educacionais e, nesse panorama fica claro que o sucesso do PNE não está garantido.

Para atender a demanda, outra solução encontrada pelos municípios é matricular crianças com três anos e nove meses, na pré-escola, o que para Rossi não parece ser o escopo do objetivo, da especialização e do fundamento que diz que o ensino seja efetivamente ministrado para que os índices de atingimento de qualidade de ensino sejam os melhores. O Ideb deve refletir os resultados de uma política educacional pensada, planejada.

Segundo dados do SEADE apresentados por Rossi, o Brasil atende atualmente, 88% do total de crianças de 4 a 5 anos, mas os 12% que faltam representam 700 mil crianças, e na etapa de 0 a 3 anos, o déficit é de 2 milhões e meio de matrículas, números que não se resolvem com facilidade sem a disponibilização de recursos.

E como não há recursos, quem irá sofrer as graves e pesadas consequências disso, mesmo fazendo uma gestão séria e apurada, serão os gestores públicos.

Rossi salienta que além de todas as responsabilidades que são postas

nas costas das prefeituras, o Governo Federal empurra mais algumas questões quem vêm onerando gravemente os cofres municipais, como por exemplo, a transferência da iluminação pública para os municípios. Ou seja, é preciso que se passem as responsabilidades, mas que também se concedam os recursos necessários. O aperto que as prefeituras municipais estão sofrendo é incalculável.

Embora o papel do TCE seja antipático aos gestores públicos, a missão do TCE é verificar se a legislação está sendo cumprida. Com a intenção de auxiliar os gestores, Sérgio Rossi explicou que o TCE está percorrendo o Estado inteiro alertando os gestores e ouvindo o que eles têm a dizer. Desta forma, constatou-se a falta de aparelhamento técnico das prefeituras, causado pela falta de condições para remunerar profissionais que tenham qualidade para atender aos reclamos de assuntos delicados. Além da falta de recursos, há também ausência de clareza nos sistemas de ensino sobre a concepção e a forma de organização que orientarão o seu trabalho, sobretudo para os primeiros anos dessa etapa, ou seja, não foi construída uma proposta pedagógica de qualidade para a educação pública que defina com clareza o que se espera que essas crianças façam nessas escolas. Outra observação importante feita pelo TCE no diálogo com as prefeituras é quanto aos conselhos que acompanham a educação municipal: os gestores não estão prestigiando seus conselhos e é preciso construir uma relação mais forte que permita um controle mais específico dos recursos para se evitar a deriva de recursos. Para Rossi, o repensar das medidas apontadas é fundamental para que os planos educacionais tenha êxito.

A contribuição do TCE

Sérgio Ciquera Rossi informou que o TCE lançou em 2015 o Índice de Efetividade da Gestão Municipal. Trata-se de um questionário enviado a todas as prefeituras com cerca de 400 questões para serem respondidas e que avaliam

sete setores administrativos: educação, ensino, meio ambiente, tecnologia, defesa civil, saúde e responsabilidade fiscal.

Os dados coletados serão computados e o TCE irá realizar um *ranking* dos municípios, cuja classificação será por faixa de municípios sem que se revele o melhor ou o pior município avaliado.

Rossi ressalta que o objetivo do TCE é utilizar esse questionário como um valioso instrumento de cidadania que será disponibilizado no *site* do TCE, possibilitando aos municípios saber o que está acontecendo no município. Num segundo momento, os resultados servirão para que os prefeitos avaliem as respostas dadas e a pontuação atribuída aos seus municípios e, assim, verifiquem o que deve ser corrigido. O questionário para o TCE, é um mecanismo valioso, pois se verificará o que o município não está fazendo e que deveria fazer.

O projeto está em fase embrionária e o TCE irá aplicar o conhecimento adquirido com as respostas para analisar as contas de 2014, ou seja, se as respostas foram verdadeiras e se elas correspondem efetivamente à nota que foi atribuída a cada município. Desta forma, o TCE terá o resultado dos investimentos que são feitos na educação com os recursos públicos, além de auxiliar a entender como os municípios que investem pouco têm melhores resultados educacionais do que municípios que investem muito. O que se quer saber é da qualidade dos investimentos, além de se fiscalizar se as porcentagens determinadas por lei estão sendo aplicadas na educação.

O questionário do TCE, no caso da educação, procurou englobar todas as atividades educacionais necessárias para as etapas de ensino atendidas pela esfera municipal: monitoramento de evasão escolar, taxa de matrículas, conhecimento da demanda a ser atendida, avaliação da qualidade do ensino, elaboração/adequação do PME, a infraestrutura física e pedagógica, a valorização e capacitação dos docentes, o plano de carreira, a merenda, o transporte, uso de tecnologia, formação dos conselhos de educação, enfim, o que de fato cada município oferece e em que condições, e o que se pretende oferecer no futuro.

Sérgio Ciquera Rossi espera que o Índice de Efetividade de Gestão Municipal contribua de fato, para a melhoria da educação no Brasil, e que o diálogo com os gestores municipais seja mantido: "E se isso não contribuir para o cumprimento do PNE, na hora em que o TCE for fazer a avaliação efetiva, se isso não contribuir, o TCE poderá encerrar as suas atividades. Quero agradecer à Undime-SP pelo convite, destacando que é muito gratificante poder representar o TCE num evento de extrema importância para a educação brasileira", finalizou.

UNDIME-SP NA BETT BRASIL EDUCAR 2015

Frente Nacional dos Prefeitos e as Metas do PNE

A Prefeita de Guarujá, Maria Antonieta de Brito, representou a Frente Nacional de Prefeitos (FNP), e destacou que os desafios para o cumprimento das metas do Plano Nacional de Educação (PNE) são preocupantes e requerem a atenção de todos à busca de soluções. Ressaltou a importância das orientações dadas pelo TCE que vem auxiliando os gestores municipais na correção dos rumos administrativos, com diálogos constantes permitindo uma nova visão do conceito de fiscalização que o TCE exerce, além de melhorar a compreensão de que, ao se trabalhar juntos, os resultados refletirão na melhoria da qualidade dos serviços públicos prestados à população brasileira.

No que diz respeito ao PNE, a Prefeita de Guarujá frisou que o Plano é uma importante ferramenta da Política Nacional de Educação para integrar o Sistema Educacional do país, além de ser um instrumento de planejamento de curto, médio e longo prazo para as ações educacionais. Antonieta destacou que sem planejamento não se conseguirá indicadores quantitativos e qualitativos que permitam o avanço da política educacional, pautando as necessidades de investimentos nas áreas que são mais necessárias.

Maria Antonieta frisou a importância de se elaborar o Plano Municipal de Educação (PME) com atenção a todos os níveis educacionais dos setores públicos e privados, considerando todas as etapas de ensino - da creche até o ensino superior - como ocorreu em Guarujá, que em 2010 iniciou os estudos para analisar a situação educacional do município, elaborando o Plano que foi entregue ao Ministério de Educação em 2012, servindo de modelo para muitos municípios brasileiros. Sem planejamento de ações cada gestor que assume a prefeitura irá descontinuar as políticas públicas que estão dando certo, mas com um Plano, seja na área educacional, na habitação, na saúde e nas demais áreas, a lei determina a continuidade do cumprimento das metas preestabelecidas, garantindo assim, a constante melhoria dos serviços públicos municipais.

As dificuldades para atender a demanda

Antonieta destacou que a falta de recursos gera grandes entraves aos prefeitos e secretários de educação, uma vez que de toda a arrecadação municipal apenas 18% fica no município e 82% são remetidos para o Estado e para a União.

Entretanto, são os municípios que



Imagem: Jonathan Melo

recebem as maiores atribuições e responsabilidades para com a população e é necessário se rediscutir essa questão financeira com um novo pacto federativo que possibilite a ampliação dos recursos municipais na mesma proporção de suas responsabilidades sociais. Antonieta salientou que a FNP criou o Comitê de Articulação Federativa que irá atuar junto à Presidência da República, para que as questões de financiamento da educação no Brasil seja revista e melhorada, com a criação de um novo pacto federativo.

Para a FNP, a judicialização de vagas nas creches vai contra o próprio PNE e também contra a qualidade educacional e valorização dos educadores, além de influir na capacidade de aprendizagem da própria criança. A Prefeita ressalta que é preciso mudar, também, a Lei de Responsabilidade Fiscal que limita a contratação de profissionais para atuar em novas unidades escolares que precisam ser construídas a fim de cumprir a meta 1 do PNE.

Quanto aos locais para construir novas creches, Antonieta salientou que nem todos os municípios possuem locais para abrigar as novas unidades; quando esses locais existem, nem sempre estão aonde a demanda é maior.

Quando tais fatores não são empecilho, a preocupação passa a ser com o futuro destas unidades que precisarão de profissionais capacitados, manutenção e entram também a questão da alimentação e do transporte escolar, entre outras.

A desapropriação também não é

simples, pois não há recursos para pagar a indenização e assim, como a manutenção e os recursos humanos, não houve uma melhor avaliação no momento em que as metas do PNE foram elaboradas e sancionadas.

Antonieta ressalta, ainda, que apesar do Governo Federal manter o programa Proliferação e do Governo Estadual manter o programa Creche-Escola, nenhum desses programas incluem recursos para aquisição de áreas e para a manutenção da infraestrutura e dos recursos humanos.

Destacou, também, que todas as prefeituras estão passando por momentos difíceis com queda na arrecadação comprometendo, assim, o pagamento de salários e fornecedores.

Sem a revisão do Regime de Colaboração entre União, Estados e Municípios, cumprir as metas do PNE, e também as metas dos demais setores públicos, será um desafio enorme para todos os gestores.

A Prefeita Maria Antonieta de Brito salientou: "É um falso conceito dizer que a educação tem dinheiro, pois o gestor que de fato aplica na valorização dos profissionais, que utiliza os recursos para equipar escolas, melhorar a infraestrutura, que faz com que suas unidades escolares sejam referências, sabe bem que não sobra tanto assim para que se possa disponibilizar para outros fins que não seja garantir o cumprimento das obrigações de pagamento de fornecedores e profissionais da área de educação".



APOIO INSTITUCIONAL



UNDIME-SP NA BETT BRASIL EDUCAR 2015

As Novidades do FNDE para o Cumprimento da Meta 1 do PNE



O Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), Antonio Idilvan de Lima Alencar destacou que a questão do financiamento da educação diz respeito  federação e à repartição tributária, explicando que os impostos arrecadados têm custos operacionais de dimensões diferentes. Citou como exemplo o Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), que tem custo muito mais baixo do que o Imposto Sobre Serviços (ISS), recolhidos pelas prefeituras com um custo operacional maior, ou seja, para se arrecadar o ISS é preciso gastar mais.

Idilvan de Lima salientou que a discussão acerca da questão tributária tem de abranger a aplicação dos recursos, a concentração da arrecadação, mas não pode deixar de fora a repartição do que se arrecada, que é um tema muito presente quando o assunto  financiamento da educação brasileira. Explicou que o FNDE  uma autarquia ligada ao Ministério da Educação (MEC) que tem como missão a assistência técnica e financeira aos Estados e Municípios brasileiros. Ressaltou que o orçamento disponível do FNDE para a educação cresce ano a ano e em 2015 o orçamento é de 60 milhões de reais, por isso, não se pode olhar apenas o momento atual, mas entender que muita coisa foi feita na educação brasileira com programas pedagógicos e infraestrutura, por exemplo, num processo tangente do qual fazem parte União, Estados e Municípios.

O Presidente Idilvan informou que participou de sete encontros promovidos pelas Undimes Estaduais nos quais foram montados um escritório do FNDE para atender aos secretários municipais que participaram dos eventos. Esclareceu que

desta forma ampliou o atendimento em 15 estados brasileiros, atendendo mais de dois mil municípios em todo o país, para sanar dvidas, principalmente, quanto  prestação de contas. Idilvan salientou que os secretários avaliam muito bem esse atendimento que possibilita a interiorização do FNDE, e que após a realização desses atendimentos há reuniões para mensurar as questões mais críticas em termos operacionais, que causam dificuldades aos municípios. O ponto de maior preocupação levantado é a questão da construção de creches com a utilização de metodologia inovadora, e com esses resultados, ocorreram mudanças no Prolncia no que concerne às pactuações realizadas para a construção de novas unidades para creches.

Os novos modelos de creches

O Presidente Idilvan esclareceu que o FNDE realizou processo de pactuação com os municípios para a construção de creches, num total de 3600 solicitadas pelos municípios. A metodologia inovadora é bem mais rápida para construir por ser pré-moldada, o que agiliza o prazo de entrega. Ressaltou ainda, que as empresas contratadas para a construção das creches, por meio da licitação nacional, não cumpriram o que foi acordado, a quantidade foi muito pequena na execução do serviço. Por conta disso, e para não atrasar o processo do cumprimento da meta 1 do PNE, a licitação será feita pelas prefeituras, e com isso, haverá ganho no prazo e no preçco de construção. Além disso, Idilvan salientou que os municípios poderão escolher se a construção será com a metodologia tradicional ou inovadora.

Os novos modelos de creches foram apresentados e o Presidente Idilvan esclareceu que os dois novos projetos mantm a mesma dimensão dos terrenos, mas têm a vantagem de aumentar a capacidade de atendimento em 57% e, com isso, haverá a diminuição da quantidade de creches a serem construídas, reduzindo o custo de construção. Sendo assim, os municípios que já pactuaram as creches junto ao FNDE e que já receberam os recursos, tero de escolher os novos modelos e realizar o processo licitatório. Idilvan aconselhou que enquanto essa parte de documentação e licitação for feita, os municípios podem ir preparando os terrenos para a construção, pois essa é a etapa que mais demora.

As novas unidades escolares a serem solicitadas junto ao FNDE podem ser arrançadas de acordo com as necessidades de cada município ante à disponibilidade de áreas para a construção. No processo anterior uma creche que atendia cerca de 120 crianças, passará a atender 188 crianças, e desta forma, o município construir apenas uma unidade escolar o que contribuir para reduzir os custos de manutenção e de contratação de profissionais para atuarem nas novas unidades. Outros arranjos são possíveis, de acordo com o Presidente Idilvan, e os municípios precisam avaliar quais as opções que melhor irá satisfazer o atendimento de sua demanda.

Depois que os municípios que haviam realizado a pactuação apresentarem a documentação, que é a mesma apresentada anteriormente, o FNDE irá validar o termo pactuado e os municípios iniciarão o processo de licitação das obras. Todos os municípios que ainda não fizeram a pactuação, têm poderão iniciar esse processo, pois apesar do Plano de Articulação (PAR) 2015 só ser aberto no segundo semestre, para o caso das creches já está liberada a pactuação. Além dos modelos horizontais, Idilvan apresentou um modelo vertical ressaltando que os municípios que optarem por esse modelo, tero de realizar uma análise pedagógica para sua pactuação.

O Presidente Idilvan declarou: "precisamos alarga um pouco a visão do panorama financeiro da educação pública e ampliar o horizonte. Nossa prioridade  resolver essa questão de creche. Essa é uma ação que foi feita num espaço rápido de tempo. Eu estou há 4 meses no FNDE, mas fui Secretário Executivo de Educação do Ceará e sei das dificuldades e de muitos pontos que eu gostaria de mudar, pois tenho a visão do usuário do sistema. Mas estamos muitos felizes enquanto órgão técnico, porque acreditamos que esses novos projetos irão auxiliar para que consigamos efetivar mais de 3600 creches em todo o Brasil".

Telefones:
(11) 3120-3374
(11) 3257-2794
(11) 94204-8787 (Vivo)
(11) 97626-7065 (Claro)

FALE COM A UNDIME-SP

e-mail: undimesp@gmail.com
Assessora Presidente:
Ivelise Viudes
(13) 99770-8787

Assessoria Jurídica:
Dr. Fabiano Lopes
(13) 98170-6300

Assessoria Comunicação:
Maura Pescador
(13) 98131-9510